



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 367/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00283 - Protocolo SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Procuradoria Geral do Estado - PGE

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso a cópia do parecer exarado pela Procuradoria Geral do Estado, referente ao ofício encaminhado pelo CEAI, datado de 4/11/2021. Razão para a recusa do acesso pretendido indicada. Provimento negado.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 367/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Procuradoria Geral do Estado - PGE, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta, o órgão informou que o Parecer solicitado foi proferido em resposta à uma demanda da Administração e orientou o cidadão a encaminhar o pedido de cópia à entidade ou órgão interessado, no caso, a CEAI. Em recurso, a Procuradoria reiterou a resposta e salientou que cabe à autoridade administrativa responsável pela custódia do documento deferir, oportunamente, a vista solicitada, se não houver razão legal para a restrição de acesso. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. No caso concreto em análise, verifica-se que a PGE justificou corretamente a impossibilidade de disponibilizar os documentos solicitados, indicando onde o acesso ao documento desejado pode ser fornecido.
4. Considerando que o ente justificou adequadamente a negativa de acesso às informações formulado pelo interessado, indicando onde e como a cópia do Parecer solicitado pode ser obtida, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e III, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 16 de novembro de 2022.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202204814A